



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA

DANIELE VIEIRA BEZERRA

A TEMÁTICA DE SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

CAJAZEIRAS-PB

2023

DANIELE VIEIRA BEZERRA

**A TEMÁTICA DE SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Artigo monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção de Certificação da Pós-Graduação *Lato sensu* em Formação Docente para a Educação Básica, da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof.^a Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes.

CAJAZEIRAS-PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

B574t	<p>Bezerra, Daniele Vieira. A temática de sexualidade na formação de professores na educação básica / Daniele Vieira Bezerra. – Cajazeiras, 2023. 29f. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes. Artigo Monográfico (Especialização em Formação Docente- Educação Básica) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. Formação de Professor. 2. Sexualidade. 3. Educação básica. 4. Sexualidade- Contexto escolar. 5. Sexualidade homoafetiva. I. Lopes, Wiama de Jesus Freitas. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS CDU – 377.8</p>
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

DANIELE VIEIRA BEZERRA

**A TEMÁTICA DE SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Artigo monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção de Certificação da Pós-Graduação *Lato sensu* em Formação Docente para a Educação Básica, da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof.^a Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes.

Aprovado em: 23 / 11 / 2023 .

Rozilene Lopes de Souza Alves

23/11/2023

(Título e nome do/a Examinador/a)

(Data)

Miryan Aparecida Nascimento de Souza

23/11/2023

(Título e nome do/a Examinador/a)

(Data)

Pâmella Tamires Avelino de Sousa

23/11/2023

(Título e nome do/a Examinador/a)

(Data)

RESUMO:

A sexualidade é uma temática complexa que envolve alguns fatores, sejam eles subjetivos, biológicos ou culturais, e é considerada ainda tabu social. Em análise para o estudo a esse emblemático tema pautamos como problema de pesquisa a questão “Para a base de formação docente de que modo importa compreender a sexualidade como estrutura de constituição de sujeitos?”. Para tanto, como objetivo geral definimos: Analisar a sexualidade como categoria para a base de formação docente tendo em vista a desconstrução do preconceito e da discriminação sexual em espaços escolares. Para a consecução de tal fim, como objetivos específicos traçamos: Identificar os desafios inerentes a sexualidade no contexto escolar; Discutir a diversidade sexual no âmbito escolar e refletir como os professores lidam com a discriminação em relação à sexualidade homoafetiva em contextos escolares de afirmação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual foi realizada entrevista semiestruturada com coordenadores, professores, pais/responsáveis e alunos. Para um estudo mais detalhado, foram analisados produções de Foucault (1976), Borges (2013), Marcon, Prudêncio e Gesser (2016), Deniz (2011), Lima (2020), Araújo e Carvalho (2021), Silva et al (2021), Magrini (2022), Furtado (2022), Altmann (2023), Brêstas (2011) e Paloma et al (2023), assim como documentos que direcionam a educação como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), Diretrizes Curriculares Nacionais- DCNs (2010) e os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN (1998). Conclui-se que a sexualidade na base de formação docente é essencial para a constituição dos sujeitos, além de contribuir para a desconstrução do preconceito e discriminação em espaços escolares.

Palavras-Chave: Sexualidade. Formação docente. Escola.

1. INTRODUÇÃO

Esta produção discorre acerca da temática sexualidade no que diz respeito a sua complexidade como desafio na cotidianidade de formação de professores, tendo em vista que a sexualidade abrange diversos fatores de vivência dos indivíduos, no qual envolvem questões subjetivas, como as relações de gênero, de sentimentos, desejos, além da busca pelo prazer, entre outros aspectos (RIBEIRO, 2005 *apud* FIORINI, 2020, p. 13) que estão marcados no dia a dia dos processos educativos envidados na escola. E, de modo singular, na escola pública.

Neste sentido, faz-se necessário compreendermos os desafios das escolas abordarem questionamentos a respeito dessa temática e a importância de políticas públicas voltada à sexualidade na escola, além de buscarmos entender a sexualidade mediante o contexto social e no cotidiano da ação do docente.

O presente trabalho teve como objeto de pesquisa “Sexualidade para a base de formação de professores” tendo em vista que a escola é uma instituição de caráter democrático, onde visa a formação integral do educando. Nesse sentido, traçamos como

problema de pesquisa a seguinte questão: Para a formação docente de que modo importa compreender a sexualidade como estrutura de constituição de sujeitos?

E para operacionalizar tal problemática foi delineado como objetivo geral “analisar a sexualidade como categoria para a formação docente.”.

Para operacionalizar a pesquisa, traçamos como objetivos específicos:

- ✓ Identificar os desafios inerentes a sexualidade no contexto escolar;
- ✓ Discutir a diversidade sexual no âmbito escolar;
- ✓ Refletir como os professores lidam com a discriminação em relação à sexualidade homoafetiva na escola.

Metodologicamente, o estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual foi realizada entrevista semiestruturada com dois ¹coordenadores, três professores, dois pais e dois adolescentes, totalizando ao todo nove sujeitos participantes, da rede municipal de ensino da cidade de Triunfo-PB, fazendo relação das entrevistas com a fundamentação teórica desta produção ancorada em: Foucault (1976), Borges (2013), Marcon, Prudêncio e Gesser (2016), VERGUEIRO (2016), Deniz (2011), Lima (2020), Araújo & Carvalho (2021), Silva et al (2021), Magrini (2022), Altmann (2023), Brêstas (2011) e Paloma et al (2023), assim como documentos que direcionam a educação como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), Diretrizes Curriculares Nacionais- DCNs (2010) e os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN (1998), com a finalidade de entender como a instituição escolar lida com questões cotidianas e estruturais em relação à sexualidade dos educandos alinhada também a dispositivos legais, considerando o compromisso de proporcionar informações seguras acerca do tema, e assegurando o direito de todos vivenciá-la de maneira não traumática e formativa, independentemente de sua orientação sexual.

E, com a finalidade de promover reflexão acerca da sexualidade no contexto escolar, a pesquisa está estruturada da seguinte maneira: A primeira seção traz uma análise da sexualidade na formação docente, dialogando com os autores Foucault (1976), Borges (2013), Marcon, Prudêncio e Gesser (2016), Vergueiro (2016), Deniz (2011), Lima (2020), Araújo & Carvalho (2021), Silva et al (2021), Magrini (2022) e Altmann (2023) com o propósito de discutir a atuação e os desafios do professor mediante situações voltadas a sexualidade no

¹ A escolha dos sujeitos deu-se devido ao fato de todos fazerem parte da comunidade escolar da rede pública de ensino, na qual a pesquisa está direcionada. Quanto aos adolescentes, está relacionada a viabilidade de conseguirem se expressarem com maior ênfase a respeito da temática e, conseqüentemente, os pais dos adolescentes foram convidados para participarem da entrevista no intuito de compreendermos qual a visão deles em relação a sexualidade e como lidam com essa questão em relação aos filhos.

contexto escolar, a necessidade de uma formação adequada para que possam lidar com a discriminação em relação à sexualidade homoafetiva na escola.

A segunda seção discorre sobre questões inerentes à sexualidade no contexto escolar quanto à necessidade de orientações pedagógicas no trato da questão “Adolescência e questões inerentes a sexualidade” fazendo uma breve reflexão a partir do diálogo com Foucault (1988), PCN (1998), DCNs (2010) e Brêstas (2011) quanto aos dos desafios na adolescência atinente a autoaceitação, autoestima, desafios, dúvidas, entre outros, que acabam influenciando o comportamento e desencadeando problemas emocionais.

A terceira seção dessa produção foi realizado as análises de dados, onde foi possível fazer relação das respostas dos entrevistados com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (2007), Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), Magrini et al (2022) e Paloma et al (2023), podendo ser compreendido a importância da implementação de políticas públicas voltada a sexualidade no contexto escolar.

Na perspectiva da escola ser um ambiente de formação integral do educando, faz-se necessário que os profissionais da educação tenham acesso à formações continuadas visando a preparação e qualificação dos educadores para lidarem com temas transversais, podendo propiciar aos educandos informações pertinentes a respeito da sexualidade, além de atuar de forma adequada mediante qualquer forma de preconceito no qual consiga elaborar métodos para lidar com questões referentes ao tema.

Logo, pensando na atuação do docente e seu compromisso com a educação, a formação continuada é importante para que esse profissional esteja preparado e possa aprimorar suas práticas pedagógicas, sendo capaz de lidar com a pluralidade dentro da instituição escolar, respeitando e valorizando a diversidade independente de gênero, raça, religião e cultura.

2. Sexualidade e formação docente

Embora o discurso sobre sexualidade venha ganhando espaço nos meios sociais, ela ainda é considerada por muitos um tabu social, por envolver questões culturais, religiosas e normas sociais convencionadas com pouca humanidade e despreparo relativo a modos e formas de se dialogar formativamente quanto à questão de sexualidades que acabam interferindo nas explanações a respeito do assunto, influenciando na maneira como os indivíduos vivenciam sua sexualidade.

A sexualidade pode ser compreendida como um fator multidimensional, envolvendo um conjunto de características biológicas, psicológicas e sociais, podendo ser interpretada como uma maneira de expressar a intimidade afetiva, desejo e prazer sexual. Na perspectiva de Foucault a sexualidade é social e historicamente construída, ou seja, depende da cultura e das relações sociais estabelecidas. O que possibilita se pensar em diferentes formas de viver e de construir identidades de gênero e sexuais. (FOUCAULT, 1988 *apud* BORGES et al, 2013, p. 734)

Para Foucault (1976), a sexualidade é vista como repressão, onde passou a ser controlada cuidadosamente pela etiqueta e bons costumes, encerrando apenas no âmbito da casa, da família conjugal, onde o casal passa a ser o legítimo e único detentor da sexualidade.

No entanto, é cabível ressaltarmos que com o passar dos anos e avanço da ciência, e, da condição humana, foram surgindo novos questionamentos a respeito da sexualidade e adequações às relações sociais, como novas formas de pensar a sexualidade, pondo em discussão a diversidade sexual no qual abrange a heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, transexualidade, dentre outras orientações sexuais que compreendem por qual gênero o indivíduo vai sentir desejo/atração sexual, ou não.

Desta forma, Furtado (2022, p. 121) ressalta:

Para as ciências, a identidade de gênero está relacionada à percepção subjetiva de alguém ser masculino ou feminino. Embora para a maior parte das pessoas “sexo e gênero” estejam em harmonia, há um grupo, para o qual, o gênero que lhe foi dado, não está de acordo com seu sexo biológico.

Ou seja, tratar da sexualidade ainda é complexo, tendo em vista que é uma temática multifacetada, que envolve diversos fatores como sentimento, emoções, desejos, sendo a percepção interna de cada indivíduo, abrangendo o sexo biológico e a identidade de gênero.

É cabível ressaltamos que a identidade de gênero, diferentemente da orientação sexual que abrange a afetividade e/ou atração sexual por pessoas do mesmo sexo, sexo oposto ou ambos os sexos, a identidade de gênero diz respeito a percepção interna e pessoal, na qual pode ser definida como [...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído [imposto] no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero. (ICJ, 2007 *apud* VERGUEIRO 2016, p. 252) relacionada a um aspecto intrínseco do sujeito em relação ao sexo masculino, feminino, ambos os sexos ou a nenhum deles, podendo ou não está em harmonia com o nascimento, fazendo-se essencial a compreensão da variedade e complexidade da temática.

Hoje, mesmo com os avanços das discussões sobre sexualidade, ainda falta muito para que essa temática ganhe mais visibilidade e traga aos indivíduos informações necessárias para a sua formação e integração social. Desta forma, para Marcon, Prudêncio e Gesser (2016) “[...] a escola é considerada um *locus* privilegiado de valorização da diversidade de expressões de sexualidade, além de sua já reconhecida função social de promoção da cidadania e redução da vulnerabilidade social dos jovens”. Ou seja, a escola como espaço de formação de cidadão pode proporcionar aos jovens discussão e a promoção de informações necessárias relacionadas à sexualidade para que os jovens possam compreender suas emoções, promovendo discussões que os levam ao entendimento certos questionamentos a respeito da sua sexualidade, assim como, propiciando o respeito com a orientação sexual do outro.

Outro ponto que também se faz necessário a escola trabalhar a sexualidade é que a instituição é um espaço democrático e deve garantir aos educandos conhecimentos fundamentais para sua formação, assegurando-lhes orientações a respeito da diversidade sexual e promoção à igualdade e combate à violência sexual e de gênero, criando assim um espaço de segurança para os alunos sentirem-se acolhidos e possam expressar seus questionamentos e opiniões acerca da sexualidade, de acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2016 Pela Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travesti e Transexuais: cerca de 60,2% das/os estudantes LGBT não se sentem seguras/os no ambiente escolar em razão de sua orientação sexual, desta forma, à medida que 42,8% se sentem inseguras/os em razão de sua expressão de gênero (GUIZZO; FELIPE, 2015 *apud* Lima 2020, p. 71) podendo ocasionar a evasão escolar que, no geral estão ligadas à falta de confiança e segurança dos alunos para com a escola como afirma .

Nesta perspectiva, Altmann (2013, p. 77) afirma:

Outrossim, a importância da escola diante destas questões está relacionada ao caráter democrático de tal instituição, tanto no que se refere à democratização do acesso e às condições de permanência, quanto às relações que ali se estabelecem. A escola é uma forma fundamental de promoção da igualdade de direitos. Para que cumpra esta função, o respeito à diversidade sexual é ali imprescindível, caso contrário, ela instaura práticas discriminatórias e heteronormativas que excluem ou invisibilizam diferenças.

Faz-se necessário que a escola trabalhe a sexualidade, tendo em vista seu papel formador e democrático, pensando na necessidade dos alunos em compreenderem a sexualidade, promovendo o combate à homofobia e a discriminação por orientação sexual e de gênero, além de trabalhar valores e comportamentos dos indivíduos, também, e estrategicamente, entre docentes e não docentes no corpo escolar.

A Resolução de Nº 12, de 16 de janeiro de 2015 por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) estabelece por meio do Art. 1º que:

Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àqueles cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado. (BRASIL, p. 1, 2015)

Fazendo-se necessário os currículos escolares abrirem espaços para o diálogo da sexualidade na instituição de ensino na perspectiva de trabalhar o respeito a diversidade, combater o preconceito e, sobretudo, garantir os direitos da comunidade LGBTQIA+, desconstruindo qualquer estereótipo, além de oferecer ao aluno(as), independente do gênero ou orientação sexual, suporte emocional e informações precisas sobre sexualidade.

Para que esse assunto seja abordado nas escolas é necessário que os professores estejam preparados e sintam-se seguros em lidar com a temática em questão. É fundamental repensar a formação docente, pensando na preparação desses profissionais, oferecendo suporte e técnicas apropriadas que possam auxiliar o educador a discutir essa temática de forma sensível e eficaz em sala de aula, além de ser oferecido aos profissionais da educação que atuam em sala de aula formação continuada, proporcionando base de formação e conhecimentos específicos para que eles possam levantar questionamentos sobre a sexualidade de forma consciente e formativa.

E, para além de tais estruturas político-pedagógicas docentes precisam de apoio para libertarem-se psicologicamente de gatilhos, crenças nucleares, repressões psíquicas e vergonha de lidarem com tabus tão estruturalmente arraigados socialmente como é a temática da sexualidade, tema este que deve ser abordado na formação inicial e atravessar a formação continuada.

Entre os maiores desafios enfrentados pelos docentes é saber lidar com a temática em questão, quer seja pessoalmente, quer seja pedagogicamente, muitos não se sentem confortáveis em abordar o conteúdo e alguns fatores contribuem para que isso aconteça, como a falta de informação necessária, intervenção da família, o espaço em suas constituições familiares nucleares que teve a temática ao longo de suas formações, sua própria visão em relação ao tema seja pela cultura ou religião e, sobretudo, grande parte desse despreparo está na sua formação que não aborda a sexualidade. Diante disso, segundo Magrin et al (2022, p. 02-03 *apud* FIGUEIRÓ, 2009; Brol & Martelli, 2018) pode-se afirmar que:

Muitos docentes ainda se sentem inseguros e hesitantes em abordar tal tema, por ocasionar algum tipo de desconforto, e devido à maior parte da formação deles não contemplar essa temática (Figueiró, 1996; Brol & Martelli, 2018). Além disso, a sociedade em que vivemos repreende assuntos de natureza sexual, relacionando-os com pecado, proibições e imoralidade, gerando tabus, preconceitos e até sentimentos negativos relacionados ao tema e, conseqüentemente, acarretando um fechamento de espaços de fala (Figueiró, 2009).

Embora o cenário em que as discussões sobre sexualidade estejam cada dia mais visível, ainda existem as problemáticas que levam os professores a lidarem com essa situação em sala de aula, como o conservadorismo² presente na sociedade que acaba interferindo na maneira como os profissionais podem trabalhar com temas transversais.

Apesar do discurso sobre sexualidade ter ganhado espaço no meio social, ainda existe paradigmas que precisam ser quebrados, como é o caso do conservadorismo que a cada dia fica mais embremático na sociedade, sobretudo, através do cenário político, bancadas religiosas entram em confronto também contra direitos de minorias promovendo retrocesso quanto aspectos relacionados à sexualidade. Segundo Furtado (2022, p. 119).

[...] caminhando em sentido contrário, assistimos setores religiosos católicos e evangélicos, unidos a certas bancadas políticas, lutarem por retrocesso, espalhando ódio e preconceito suficientes, para levar muitas dessas pessoas à exclusão e à morte.

São vários os problemas enfrentados para que a discussão sobre sexualidade ganhe mais visibilidade e os cursos de formação docente possam oferecer um currículo com mais conhecimento e discussões a respeito da temática, abrangendo fatores singulares que a constituem, como por exemplo: a homoafetividade na adolescência. E, para tanto, formações transversais também podem ser uma estratégia pedagógica de formação humana quanto à temática.

Ante a tais demandas, o que também necessita ser enfrentado é a não inclusão nos currículos de formação inicial para docentes a temática. Apesar das instituições de formação

² Conservadorismo é uma ideologia política na qual defende e valoriza a manutenção das instituições e valores tradicionais, sendo contrário as mudanças e a ruptura das tradições mesmo que essas sejam opressivas e imparciais. Termo que ganhou força durante o governo de Jair Bolsonaro de extrema-direita com práticas de autoritarismo. “É um cenário marcado por fenômenos de forte teor autoritário: afronta aos direitos humanos e às conquistas de segmentos historicamente discriminados, como indígenas, negros/as, mulheres, comunidade LGBTQ+; exaltação de torturadores e suas práticas violentas brutais, incluindo reivindicações de retorno à Ditadura Militar.” (ARAÚJO & CARVALHO, 2021, p. 147)

docente serem um espaço com maior autonomia que pode propiciar debates e reflexões sobre conhecimentos fundamentais de temas como a sexualidade, tende haver uma privação e/ou inexistência nos currículos da Pedagogia da temática de sexualidade, como observados nas pesquisas realizadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba. A estrutura mais fixa e tradicional dos cursos de formação superior também dificulta mudanças nos currículos, inclusive no que se refere à inclusão de conteúdos que são providos de certa maleabilidade. (ALTMANN, 2013, p. 79). O que sobrecarrega docentes, quando preparados, a abordar a temática de modo transversal.

Quando o docente, em sua formação inicial, não foi provocado à temas sensíveis como é o caso da sexualidade, enfrentará dificuldade de preparo e suporte para tratar com segurança os problemas que surgirão ao longo de sua atuação em sala de aula, tendendo a se agravar ainda mais tais problemas, e quando na formação inicial esses profissionais não são expostos a essa temática, surge a necessidade de procurar uma formação continuada, bem como os órgãos centrais também oferecem base de formações continuadas com o intuito de se preparar e adequar-se as demandas sociais relativas à temática visando conscientizar-se sobre a diversidade sexual e de gênero para que também possa ser desconstruído paradigmas preconceituosos respeitando a sexualidade de cada um.

No entanto, muitos profissionais têm pouco interesse quando se trata de uma formação continuada para garantir suportes que auxiliem na sua atuação em sala quanto à questão de sexualidade, outra barreira que existe está no fato de que profissionais que se compreendem "conservadores" intensificarem intencionalmente ou complexificarem a dinâmica na base de formação de professores em matéria de domínio de conteúdo e de domínios pedagógicos quanto a conteúdos relativos à sexualidade. Assim sendo, ante às perspectivas, é necessário repensar a formação dos profissionais que atuam no contexto escolar, oportunizando preparação e estudo de conhecimentos e técnicas adequadas para se debater esse tema com os adolescentes. Figueiró (1996, *apud* MAGRINI et al, 2022, p. 03).

É crucial que os docentes busquem formações continuadas para adquirir conhecimento sobre sexualidade nos quais os conhecimentos adquiridos permitirão aos professores atuarem de forma eficaz, garantindo que esse profissional possa levantar questionamentos e compartilhar informações necessárias com os educandos, visando uma educação de qualidade. E, que por sua vez, também de modo local, estadual e nacional haja políticas públicas de fomento à formação continuada de docentes quanto à questão.

Os docentes precisam continuamente estarem cada vez mais aptos para lidar com as situações preconceituosas e de medo dos alunos por geralmente sentirem-se desencorajados em assumir ou expressar sua verdadeira identidade sexual, tendo em vista que esse é um dos principais espaços frequentados pelos adolescentes e onde manifesta-se a maior parte da homofobia sofrida por eles(as).

Dentro dessa complexa questão que envolve o contexto de abordagem da sexualidade está uma especificidade da temática ainda mais imbricada em tabu e, portanto, em comprometimentos pedagógicos que o alija: a homoafetividade na adolescência enquanto elemento de vivência da sexualidade. Que, por sua vez, ainda é vista como algo estigmatizada, fazendo com que os indivíduos passem a serem excluídos devido a intolerância com sua sexualidade, sendo vítimas de piadas, palavrões, xingamentos, dentre outros, o que os levam a isolarem-se quando revelada ou não suas sexualidades devido à rejeição sofrida, impactando no desempenho escolar.

Segundo Deniz (2011, p. 42) “na escola a homofobia se expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se adequar à heteronormatividade [...]”, o que resulta nos educandos LGBTQIA+ passarem por situações abusivas, enfrentando a discriminação, exclusão, preconceito e o *bullying*, que no “contexto educacional, esse termo tem sido utilizado para nomear a violência sofrida pelos alunos (as) na escola, enquanto o termo *bullying* homofóbico tem sido utilizado para nomear especificamente a violência sofrida pelo educando (as) gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais” (DENIZ, 2011, p. 42). O que poderá acarretar diversos problemas como ansiedade, depressão, pensamentos suicidas, entre outros conflitos pessoais, além de ser um dos motivos pelos quais ocorrem a evasão escolar. Como afirma Deniz (2011, p. 42- 43) ao ressaltar:

Na escola o *bullying* homofóbico tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar

Assim, é possível compreendermos os desafios que esses adolescentes enfrentam diariamente devido a sua sexualidade, fazendo com que muitos não assumam sua identidade de gênero por medo de represálias, julgamentos e como vai ser tratado tanto pelos colegas, professores, coordenadores, diretores, ou seja, de todos que fazem parte da escola, resultando um sentimento de negação e opressão por si próprio, ocasionando problemas emocionais e de

autoestima que impactam diretamente na formação humana e na qualidade de vida, ante a um dado e necessário pacto civilizatório.

A diversidade sexual na escola acaba sendo negligenciada ou até mesmo ignorada nas práticas pedagógicas, ocasionando a falta de conhecimento e informações sobre o assunto, o que leva aos impactos negativos para esses educandos, fazendo com que a escola deixe de ser um espaço de acolhimento e apoio aos alunos LGBTQIA+, contribuindo com os estereótipos preconceituosos propiciando a exclusão desses discentes. Além do mais, quando a escola não discorre a respeito dessa temática, deixa de contribuir para a valorização e promoção da igualdade, além de proporcionar o respeito a diversidade. Nessa perspectiva, Silva et al (2021, p. 2650) enfatiza:

[...] é necessário que a escola se torne responsável pela ampliação do pertencimento social do adolescente, garantindo o respeito às diversidades culturais e morais, de modo que, ao serem vítimas de práticas estigmatizantes e discriminatórias, os estudantes tenham naquele ambiente o suporte adequado para sua proteção.

A escola é um espaço que desempenha um papel fundamental no reconhecimento e pertencimento dos adolescentes na sociedade, proporcionando-lhes a autoaceitação, desenvolvendo valores, conhecimentos e formação cidadã crítica fazendo-se necessário para a organização do trabalho pedagógico da escolar abordar a sexualidade, visando a conscientização sobre a diversidade de gênero, o respeito e os desafios enfrentados por todos aqueles e aquelas que diferem em suas singularidades de gênero, fazendo-se necessária a implementação de políticas e programas inclusivos que possam oferecer suporte emocional a esses estudantes (e até mesmo a docentes) criando ambiente seguro e acolhedor para todos, independentemente de sua sexualidade.

A escola tem estratégica relevância na vida dos indivíduos, uma vez que é uma das primeiras instituições em que o homem é integrado, sendo ela importante na formação e manutenção dos valores sociais (BOURDIEU & PASSERON, 1992 *apud* PEREIRA, SANTOS E MENDES, 2017, p. 05) e por ela ser um espaço de socialização desempenha um papel fundamental na construção da identidade do educando, pois por meio das temáticas abordadas no contexto escolar, o educando terá a oportunidade de obter conhecimentos, valores culturais, históricos e sociais que são essenciais para a construção da identidade, no entanto, os docentes enfrentam alguns desafios no processo de construção da identidade do aluno como a falta de preparação e conhecimentos que possam auxiliá-los em relação a diversas temáticas, sobretudo, a sexualidade.

Há, portanto, um longo caminho para que se possa desconstruir os paradigmas preconceituosos e discriminatórios em relação à sexualidade, tendo em vista os fatores que interferem nas discussões sobre sexualidade, como documentos e todos os agentes sociais, principalmente, em relação às escolas que é um espaço de socialização e formação de nossos educandos e educadores

2.1 Adolescência e questões inerentes à sexualidade

De acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS) a adolescência é o período da vida que compreende a infância e a vida adulta, na qual é caracterizada por complexo processo em que está inserido o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, ou seja, é nessa fase que se dá a passagem entre a infância e vida adulta. É nessa fase que os indivíduos começam a passar por mudanças desde as mudanças físicas, afetivas e sociais, além de ser nesse estágio que o indivíduo começa a busca pela descoberta de sua identidade.

Também é nessa etapa da vida que os adolescentes passam por diversas situações de não reconhecimento e não pertencimento devido as mudanças que estão surgindo no corpo, o que levam-os a darem mais relevância a sua imagem, passando a adquirir comportamentos e relação interpessoal característica de cada sexo, igualmente, é nessa fase que acontece a autodescoberta, sendo um período desafiador para o adolescente, além de afetivamente conturbado. Além disso, é o período que ocorre as variações de humor, insegurança, inconsistência emocional e também as mudanças físicas relacionadas a sexualidade.

Para Brêtas et al (2011, p. 3222),

a adolescência é um período muito especial no desenvolvimento humano, considerada a transição entre a infância e a idade adulta, caracterizada por intenso crescimento e desenvolvimento que se manifesta por marcantes transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais. Em um contexto mais psicológico, é a etapa na qual o indivíduo busca a identidade adulta, apoiando-se nas primeiras relações afetivas, já interiorizadas, que teve com seus familiares e verificando a realidade que a sua sociedade lhe oferece.

A adolescência é, portanto, uma fase complexa na qual os indivíduos estão em constante inquietação na busca pela construção da sua identidade adulta, sendo nesta etapa que os adolescentes estão se descobrindo, tentando se encaixar em um determinado meio, preparando-se para a vida adulta.

A sexualidade nesta fase da vida também é uma questão complexa, pois no decorrer da adolescência os jovens estão se descobrindo e experimentando diversas mudanças com o corpo, e entre essas mudanças estão as hormonais que inclui o interesse sexual e a curiosidade pela exploração de seus desejos e sentimentos. Nesse período que surgem as questões com a autoaceitação, desafios para a aceitação social, assim como a busca por informações relacionada à sexualidade em decorrência da falta das informações necessárias. Os jovens acabam enfrentando sérias dificuldades de compreender sua sexualidade, o que tende a tornar suas vidas sob esquemas de confusão, com tensões e profundos desafios a si e àqueles que os cercam.

Para Brêtas et al (2011), a sexualidade é construída e aprendida, fazendo parte integrante do desenvolvimento humano, no qual pode intererir no processo de aprendizagem, saúde mental e física do sujeito. Então, segundo o autor, as transformações biológicas e psicológicas interferem no desenvolvimento social do sujeito. O que nos faz compreender que a sexualidade dos indivíduos é influenciada pelas normas sociais e construída culturalmente de acordo com as relações sexuais, indo ao encontro com o pensamento de Foucault (1988), quando ele afirma que a sexualidade é historicamente construída.

É com a interação social que os jovens começam a descobrirem seus sentimentos e sentem-se atraídos por pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos os sexos, surgindo então os questionamentos a respeito de sua sexualidade e de como se inserir no meio social. Além de começar a enfrentar problemas emocionais por não saber o que está acontecendo, por isso é fundamental que os jovens tenham acesso a educação sexual, desde a inclusão de informações necessárias sobre a orientação sexual, como a formas de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs, gravidez na adolescência, respeito, discriminação e, sobretudo, informações necessárias sobre consentimento, cabendo não só a escola, como também a família orientar os jovens em relação a sexualidade e os demais desafios dela, ambas com suas responsabilidades sendo um trabalho conjunto, escola e família.

Brêtas et al (2011, 3224), ainda ressaltam que:

A família e a escola têm papéis diferentes e complementares na orientação dos adolescentes, uma não substituiu a outra. A escola complementa o que é iniciado no lar, suprimindo lacunas, combatendo preconceitos, desenvolvendo respeito pelo corpo e pelos sentimentos. Neste sentido, percebe-se a importância do professor na função natural de educador sexual no ambiente

escolar, e a necessidade de renovação contínua dos seus próprios conhecimentos sobre sexualidade, para cumprimento eficaz de seu papel.

A escola tem função social fundamental na vida dos adolescentes, pois é capaz de proporcionar informações necessárias que levem-os a compreenderem às mudanças que estão passando, assim como pode proporcionar apoio e segurança na análise pessoal ante às possibilidades de novas experiências e descobertas. Além de promover diálogos a respeito da sexualidade que assegurem aos jovens serem capazes de tomar decisões e possam chegar a uma conclusão do que esta possa vir a acontecer em seus processos de constituição de si em matéria de sexualidade. Além de ser um espaço de enfrentamento de formas alijadoras de preconceitos e discriminações.

E nessa fase da vida que os indivíduos enfrentam maiores desafios com questões referentes ao seu corpo, desde o físico como o emocional, e a falta de educação sexual acaba que acarretando problemas para esses sujeitos. Pois, eles terão de lidar com pressão social, discriminação, orientação sexual, desafios para com a autoestima, preconceito, dentre tantos outros conflitos referentes à sexualidade, que quando sem apoio, principalmente o familiar, acabam que desencadeados problemas emocionais e estruturais. Por vezes, arraigados por dentro da escola.

Como uma das referências para tal cuidado institucional de orientação formativa, os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN nos temas transversais trazem:

A escola, sendo capaz de incluir a discussão da sexualidade no seu projeto pedagógico, estará se habilitando a interagir com os jovens a partir da linguagem e do foco de interesse que marca essa etapa de suas vidas e que é tão importante para a construção de sua identidade. (BRASIL, 1998, P.297)

Quando a escola aborda a questão da sexualidade com os alunos estabelece a oportunidades de eles poderem discutir questões relevantes que fazem parte de suas cotidianidades que são essenciais para se reconhecerem durante o processo de constituição identitária.

Além disso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, é no período da adolescência que as relações sociais e os laços afetivos se modificam e intensificam as relações com os pares de faixas-etárias e também para com as aprendizagens atinentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância, na busca pela construção dos próprios valores. (BRASIL, 2010, p. 110)

Muitas são as questões inerentes à sexualidade na adolescência e, ao abordar na Escola essa temática, se traz apoio emocional aos educandos em suas adolescências, abre-se o

diálogo para o acesso às informações fundamentais tirando dúvidas e preocupações referentes à sexualidade, além de possibilitar enfrentar os desafios diários quanto a autoaceitações.

É notório que a base de formação docente deve considerar questões referentes à sexualidade para garantir que os docentes estejam aptos a lidarem com questões como o preconceito e discriminação, educação sexual pela qual se englobe aspectos que não sejam apenas os fatores biológicos, como lidar e identificar o assédio e o *bullying*. E abrir diálogo sobre a autonomia e o consentimento e, sobretudo, como estarem preparados para lidarem com os familiares em relação a tal questão, no que tange as diversas estruturas familiares, sejam elas monoparentais ou homoafetivas.

3. Percurso metodológico

A metodologia utilizada durante a pesquisa foi a qualitativa, na qual teve como ponto de partida a revisão de leituras referentes a sexualidade nos espaços escolares e os desafios encontrados pelos docentes em lidar com tal questão.

Segundo Vieira e Zouain (2005) a pesquisa qualitativa além de atribuir uma importância fundamental aos depoimentos dos envolvidos, também zela pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que nelas estão envolvidos. (*apud* AUGUSTO et al., 2013, p. 748), tratando as narrativas dos sujeitos de forma detalhada dando importância os seus significados.

A coleta de dados foi advinda de entrevistas e um questionário realizadas com três professores (a), duas coordenadoras, duas mães e dois alunos (as) de escolas da rede pública municipal da cidade de Triunfo no Estado da Paraíba, totalizando ao todo nove participantes. Os dados foram coletados a partir de uma entrevista e um questionário semiestruturado com questões referentes à sexualidade no contexto escolar. A escolha pela utilização da entrevista e do questionário na coleta de dados ocorreu a partir da disponibilidade dos sujeitos participantes.

A entrevista teve como intuito conhecer as concepções de entrevistados(as) em relação à questão da sexualidade e suas potencialidades de abordagens no contexto escolar. Os participantes das entrevistas foram convidados de formas diferentes, alguns receberam o convite de maneira presencial na qual pudemos apresentar o questionário com o Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento - TCLE, discorrendo acerca do intuito da pesquisa. Outros receberam o convite via mensagem de texto por mala direta, anexado o questionário e o TCLE, enfatizando que os adolescentes que participaram da entrevista tiveram a permissão

dos pais, em que o TCLE assim foi encaminhado por solicitação. Os questionários foram estruturados com algumas perguntas iguais para todos os participantes e outras diferentes, dependendo do do cargo/função desempenhado na escola.

A análise das respostas obtidas foram contruída a partir das concepções dos teóricos que serviram de embasamento para as reflexões durante a pesquisa, assim como dos conhecimentos que foram obtidos no percurso metodológico.

4. Resultados e discussão

Pensando na escola como um ambiente de formação do sujeito para ser integrado na sociedade Camargo & Ferrari (2009 *apud* MAGRIN et al, 2022, p. 03) ressalta,

É crucial que a escola seja vista como um ambiente de discussão e compartilhamento de informações. Assim, pode ser um local favorável para se desenvolver diversas análises sobre sexualidade, visto que é o espaço em que adolescentes passam a maior parte do dia, tornando-se um ambiente adequado para essa discussão.

Nessa perspectiva, voltando-se aos profissionais da educação que atuam ou não em sala de aula, buscamos investigar suas compreensões relativas à temática da sexualidade na escola através do olhar de professores e coordenadores a respeito de como eles(as) veem essa discussão na instituição escolar, ficando claro através das respostas a necessidade de ser trabalhada tal questão na escola, fazendo necessário os currículos escolares envolverem os familiares nesse processo, pensando em uma formação com conhecimentos coerentes e abordagem completa da compreensão da sexualidade, visando o respeito a diversidade. Em relação a esse questionamento, obtivemos a seguinte resposta do ³coordenadora A:

“É uma temática que precisa ser trabalhada, é uma temática que precisa estar no nosso currículo, é uma temática que precisa chegar a nossa sala de aula, mas também chegar nas famílias, porque alguns temas relacionado a sexualidade, eles geram uma interpretação errada por parte das famílias, onde muitas das vezes elas se sentem feridas, elas sentem que as crianças são feridas quando é tratado uma temática referente a isso na escola, como se a integridade da criança, ela fosse violada, justamente pela ausência de conhecimento.” (Coordenadora A. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 27 Jun de 2023).

³ A abordagem da escolha de não especificar ou utilizar um pseudônimo para os sujeitos da pesquisa, deu-se devido o risco de vazamento de dados devido o município ser um local pequeno e praticamente todos os habitantes se conhecerem, sobretudo, os profissionais da educação.

Nessa mesma linha de pensamento a coordenadora B ressaltou que:

“[...] é um assunto que deve ser tratado com uma certa seriedade, visto que muitos pais ainda são contrários a esse conteúdo nas escolas. Deve possuir um caráter verdadeiramente educativo e assim, ser apresentado para a família, pois não adianta o professor explicar algo em sala de aula que será rebatido posteriormente em casa pelos familiares, ocasionando um retrocesso na aprendizagem. ” (Coordenadora B. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 09 Jul de 2023).

E concordando com a mesma seriedade e cuidado que essa temática deve ser abordada, o (a) docente C ressaltou que:

“Vejo que a escola deixa muito a desejar nessa área por ser um assunto polêmico e que muitas vezes é mal interpretado pelos pais, quando muitas vezes o professor trabalha essa temática e os alunos comentam em casa, os pais procuram a escola para dizerem que não querem que os professores falem esses assuntos para seus filhos. ” (Docente C. Entrevista cedida Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 05 Jun de 2023).

E por a sexualidade ainda sendo considerada um **tabu**, há a necessidade de ser trabalhada nas instituições escolares, objetivando proporcionar aos alunos informações essenciais que promovam o bem-estar físico e emocional de educandos. Mas que, no entanto, é uma temática que ao ser abordada pode gerar diversos problemas devido a falta de informações dos pais/responsáveis. Que, por sua vez, acabam criticando a escola por trazer conhecimentos e informações fundamentais aos adolescentes relacionada a sexualidade.

Apesar de a escola abrir espaço para discutir sobre sexualidade com os alunos, é necessário também abrir espaço para envolver as famílias, seria uma forma dos pais/responsáveis obterem informações conscientes, entendendo a seriedade e a necessidade dessa temática ser trabalhada, possibilitando um trabalho conjunto entre instituição escolar e família.

Quando a escola e família trabalham em união a possibilidade de haver desencontros ideológicos é menor ou encaminhada às sínteses, além de se compreender que a sexualidade não está voltada apenas para informações sobre o sexo, mas que ela abrange um conjunto de conhecimentos fundamentais para a construção da identidade do indivíduo, isto é, “a escola precisa ensinar que educação sexual não significa apenas obter informações sobre sexo, significa também trabalhar valores, atitudes e comportamentos. Saito e Leal (2020, p. 2 *apud* PALOMA et al, 2023, p. 4)

A sexualidade não está ligada apenas às informações sobre sexo, quando discutida na escola, possibilita a promoção da igualdade sexual em nossa estrutura societal, respeito às

diferenças e, sobretudo, o combate ao preconceito sexual, como pautado na Base Nacional Comum Curricular que “a escola como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades”. (BRASIL, 2018, p.14).

Como a escola é um espaço democrático com a responsabilidade de forma indivíduos críticos, há a necessidade da implementação de políticas públicas nas escolas a cerca da sexualidade para que essa temática seja trabalhada e garantida aos indivíduos seus direitos. E quando os professores e coordenadores entrevistados foram questionados a respeito das políticas públicas voltadas à sexualidade na escola, da coordenadora A, foi obtido: “*Essas políticas públicas ainda não chegaram até a escola, e se já chegaram eu ainda não presenciei, mas nada impede né que elas cheguem, por que há a necessidade de se trabalhar*” (Coordenadora A. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 27 Jun de 2023).

Enquanto a coordenadora B, apesar de não conhecer nenhuma lei específica voltada a sexualidade na escola, cita oficinas voltado ao combate e exploração de violência sexual, o único que conhece em relação ao tema que está sendo introduzido nas escolas, como afirma:

Sei que a sexualidade é um assunto já conhecido por muitos e alguns educadores já trabalham o conteúdo em instituições escolares, porém em alguns ambientes esse assunto realmente ainda é um tabu, dessa forma as políticas públicas vêm sendo introduzidas aos poucos, como o apoio a oficinas de combate a violencia sexual, que acredito se encaixar no tema. Porém, além disso eu não conheço nenhuma intervenção feita em alguma escola, nem programa ou algo do tipo. Estou trabalhando há três anos na educação, então pode ser que já exista algo relacionado a isso, mas no período em que trabalho vejo que quando surge alguma atitude sempre vem por parte dos professores e equipe gestora. (Coordenadora B. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 15 Jul de 2023).

A necessidade de haver diálogos nas escolas voltadas à sexualidade é vital. Muitos profissionais que trabalham na educação não conhecem políticas públicas voltada a essa temática e, quando são abertos diálogos a respeito, nas escolas, são por iniciativa da equipe pedagógica da escola e os conteúdos abordados são mais específicos à exploração e abuso sexual.

Enquanto o docente C destacou em relação aos dispositivos legais voltado a sexualidade “*Muito pouca, quase não tem palestra, nem formação sobre essa temática, muitos temem ainda para adentrar a esse assunto.*” (Docente C. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 05 Jun de 2023).

Faz-se necessário haver nos ambientes educacionais diálogos e implementações de políticas públicas voltados à sexualidade com o intuito dessa questão ser trabalhada na

perspectiva da inclusão e respeito à diversidade sexual existente, no combate a discriminação e preconceito, além de prevenir gravidez na adolescência e DSTs.

E, apesar da Base Nacional Comum Curricular-BNCC não trazer de forma objetiva à sexualidade ser trabalhada nas escolas na perspectiva da diversidade sexual, ela traz no eixo vida e evolução a habilidade EF08CI09 que contempla:

Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (BRASIL, 2018, 348)

Desde sua elaboração, a BNCC passou por diversas críticas, hoje, o modelo adotado pela educação é a versão de 2018, que frente ao conservadorismo, o que era para servir como referência para programas, temáticas de formação continuada, currículos, planos de curso, acaba que tornando-os reféns do que estabelece a BNCC, ou seja, existe um interesse comercial na base dessa terceira versão nos quais está relacionado à viabilidade da criação e venda de produtos relacionados às competências da BNCC, tendo como ponto de vista as possibilidades de elaboração de produtos e serviços que “supram” necessidades dos docentes em relação a execução e adequação ao documento como o comércio de livros didáticos e cursos de formação continuada.

Nesse contexto, onde os currículos e professores acabam que se tornando reféns da BNCC, a versão de 2018 não traz de maneira pedagogicamente qualificada o trabalho com a sexualidade, distanciando a educação das demandas e realidades sociais contemporâneas, sem a inclusão de temáticas que visam a formação do indivíduo na sua integridade.

A sexualidade pode vir a ser trabalhada de modo mais enfático a partir das salas de aulas, viabilizando informações fundamentais que ajudem os indivíduos, possibilitando melhores bases ao processo de desenvolvimento humano e reduzindo o risco de infecções, doenças e gravidez indesejada. Ante a este aspecto, quando os adolescentes, sujeitos da pesquisa e responsáveis foram questionados sobre seus conhecimentos em relação a sexualidade e a discussão da sexualidade na escola, o (a) responsável A ressaltou:

Meus conhecimentos são poucos, só sei o que aprendi até hoje. Eu acho é bom a escola falar sobre isso porque é uma prevenção para as crianças outras pessoas podem inventar historinhas e se aproveitar das crianças e se ele estiver vergonha de conversar em casa, a escola pode orientar falando sobre esse assunto. (Responsável A. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 30 Jun de 2023).

E em relação a essa questão, o/a responsável B respondeu que: *Bom, não sei muita coisa além das coisas básicas, mas para mim, seria importante a escolar falar sobre isso, porque as vezes a gente não sabe o que falar com os filhos por conhecer pouco sobre isso e também por ter vergonha. (Responsável B. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 07 Jul de 2023).*

E, ainda no que diz respeito de a temática ser trabalhada nas escolas, os adolescentes enfatizaram a importância de a escola levantar discussões voltadas a sexualidade, como podemos ver a seguir quando o (a) adolescente A ressalta:

A escola deve trabalhar porque as vezes por questão de poder acontecer na escola e as pessoas não querer contar para os pais quando chegar em casa e ter mais confiança em contar a um diretor, a um coordenador ou ao professor. E também seria uma forma de nós alunos ter mais informação sobre sexualidade, porque talvez se não conversar com os pais em casa, a escola possa passar mais informações sobre isso, ter a prevenção. (Adolescente A. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 25 Mai de 2023).

E quando o (a) adolescente B é questionado, ele ressalta que:

Deve ser abordado nos dois lugares, na escola e em casa, mas principalmente na escola por conta que lá muitas pessoas podem se identificar com outro tipo de sexualidade e ter medo e esconder, a escola pode usar isso a favor deles, ou seja, eles podem melhorar na formação de ensino. (Adolescente B. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 30 Mai de 2023).

Apesar dos pais/responsáveis desempenharem um papel fundamental na vida dos filhos em relação a educação sexual, muitos ainda não conseguem se expressar em relação a essa temática que, por vezes, sentem dificuldades em falar sobre, por falta de informações adequadas ou até mesmo por vergonha por esse tema ainda ser um tabu social, e passam a se sentirem constrangidos quando surge qualquer questionamento. Além de não abordarem a diversidade sexual existentes enfatizando o respeito, que na maioria das vezes, essa falta de conversa também está relacionado a preconceito dentro da própria família.

Quando, por sua vez, os adolescentes foram questionados a respeito do preconceito em relação a homossexualidade, se já presenciaram ou o que pensam sobre, foram obtidas as seguintes respostas:

Adolescente A enfatizou:

Já presenciei na escola um caso, um fato de um menino que era gay e o menino no recreio foi falar dele sobre, do jeito que ele falava, se vestia e na forma que ele era, e minha reação foi dizer que ele deveria aceitar porque

isso não era escolha dessa pessoa que estava julgando, e sim dele que escolheu ser gay, e não importava o que ele era, o que importa é o caráter da pessoa, o respeito que ele tem com os outros, para mim ele é uma pessoa normal, simpático, educado. (Adolescente A. Entrevista cedida a Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 25 Mai de 2023).

Em relação ao adolescente B, foi obtida a seguinte resposta:

Já, como já falei, com um professor que chamaram ele de um animal que eu não vou citar aqui. Então, chamaram ele de veado, mas ele tratou aquilo normal, uma forma normal, só que achei bem errado da parte do aluno ter tratado ele assim. Eu não pude reagir muito a esse fato, achei repugnante, mas não pude fazer nada por conta que já foi ser tratado de diretoria e etc, até com o professor mesmo, então não podia muito interferir.

Acho o preconceito desnecessário, deixa cada um viver sua vida e ser, é... gênero masculino, feminino, homossexual, não precisa ficar se importando não, entendeu? Cada um tem sua sexualidade. (Adolescente B. Entrevista cedida Daniele Vieira Bezerra. Triunfo, 30 Mai de 2023).

A falta de discussões dentro das escolas pode acarretar diversas consequências desfavoráveis aos processos de constituição dos sujeitos, como as situações de preconceitos e discriminações, o que agrava o fato de que, por vezes, os alunos vêm com uma carga de preconceito já sofrida e que, comumente, já desde à própria família, e quando a escola não trabalha na busca de desconstruir esses estereótipos, a escola acaba que implementando uma abusiva inclusão excludente, mesmo de maneira indireta com as ações dos alunos em relação ao outro indivíduo.

Em relação da resposta do/a adolescente A, foi explicado que não se tratava de uma questão de escolha, mas é uma orientação, e em relação ao adolescente B, deixei à vontade para falar o nome do animal para que ele pudesse se expressar de maneira clara e objetiva.

Desta forma, nota-se a importância de a escola tratar sobre educação sexual de forma adequada, oferecendo suporte aos adolescentes para lidarem com os desafios em meio a sociedade e o respeito às diferenças, evitando qualquer tipo de conflito independente da pauta abordada. O que se estende às bases de formação e necessidades ante à temática a docentes e não docentes no cotidiano do fazer pedagógico.

O Plano Nacional em Educação de Direitos Humanos (PNEDH, 2007, p. 12) enfatiza “exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações”. É,

portanto, necessário que a escola trabalhe na perspectiva da conscientização ao respeito às diferenças, como os direitos coletivos e/ou individuais.

Pode-se também ressaltar a importância da (auto)formação docente, que acontece por um processo contínuo em que os professores podem executar de maneira independente, no intuito de aprimorar suas habilidades e competências visando o desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo para sua atuação em sala de aula. Esse processo pode ser realizado a partir de diversos aspectos como leitura e pesquisa em revistas, livros, artigos entre outros materiais referente a temática em questão, além de troca de experiências com outros professores e reflexão da sua prática em sala.

Todavia, a (auto)formação é uma necessidade do docente. Pois, docentes precisam estar para além de formações continuadas, engajados em seus processos singulares de buscas, explorações e aprendizados relativos às questões caras aos seus cotidianos de profissionalidade como é o caso da temática sexualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados através de leituras em produções científicas da base de fundamentação dessa pesquisa acerca da sexualidade e de entrevistas semiestruturadas a respeito do tema foi possível compreender que a sexualidade é uma temática complexa que necessita de um olhar mais atento e demanda ser trabalhada nas escolas com intuito de promover uma educação sexual inclusiva e politicamente referenciada.

Apesar da necessidade de as escolas abordarem questões referente a sexualidade, elas enfrentam diversos desafios por esse tema ainda é considerado *tabu* no meio social e, para que as instituições escolares possam abrir espaços a esse diálogo, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que fomentem espaços de se abordar a sexualidade de maneira segura, proporcionando aos educandos conhecimentos adequados e informações confiáveis sobre o tema. Além de preparar docentes com formação continuada, oferecendo-lhes auxílio para lidarem com questões voltadas à sexualidade visando balizar uma educação sexual segura e incondicional, independente da sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Tento em vista que os professores estão incumbidos de problematizar junto aos educandos acerca de conhecimentos e valores relativos às suas condições humanas, é fundamental que eles compreendam a sexualidade para que possam abordá-la de maneira suficientemente capaz, fazendo com que os educandos sejam capazes de compreenderem sua

sexualidade, capazes de constituírem-se como sujeitos preparados para o enfrentamento e superações de intolerância, discriminação e estereótipos.

Há a necessidade da sexualidade ser melhor compreendida e trabalhada na base de formação docente, visando os problemas futuros relacionado a essa temática como a violência e o *bullying* nas instituições escolares, para que favoreça aos educandos um ambiente acolhedor e seguro em e se propicie à adolescentes respeito e a tolerância, além de acolher e tornar a escola inclusiva.

As omissões das escolas em abrir espaços para discussões a respeito à essa temática estão voltadas a falta de preparo dos professores em lidarem com problemática, além da questão familiar, algumas famílias ainda não estão preparadas para discutir sobre sexualidade por ainda ser um tabu que está profundamente enraizado no meio social, influenciando as metodologias e processos educacionais.

As práticas curriculares necessitam pautar articulações com a temática para com a formação também das famílias em relação à função e o dever laico da escola. Sobretudo da Escola Pública. O que implica também no fato de trazer as famílias para o contexto escolar onde possa ser compartilhado conhecimentos fundamentais sobre a sexualidade e possam trabalhar em conjunto para a formação dos educandos.

A educação é configurada como instrumento de transformação social. Portanto, é fundamental que ela reflita sobre as questões sociais, quais medidas devem serem adotadas para garantir aos indivíduos uma formação humana, proporcionando conhecimentos necessários para o desenvolvimento integral de educandos, por intermédio também do incentivo à diversidade e valorização da vida, além de garantir a discentes melhorias que garantam segurança e permanência na escola.

Para que os professores lidem inclusive com questões vinculadas à sexualidade homoafetiva é fundamental que tenham consigo, preparação, empatia, sensibilidade e compromisso para com a criação de um ambiente inclusivo, o que pode vir a ser um trabalho em conjunto com todos os profissionais da instituição. Assim será possível identificar os problemas relacionados à sexualidade e aplicar atividades que promovam a inclusão e auxiliem em necessárias compreensões de si e de processos de autoaceitação.

Pela complexidade da sexualidade e pela necessidade de ser discutida, é fundamental que a escola abra mais espaço para discussões dessa temática, visando romper o *tabu* existente, na perspectiva de fomentar aos jovens conhecimentos fundamentais, corroborando para com necessários bem-estar físico e emocional, sem que seja menoscabado a função estratégica de políticas educativas para as abordagens em espaços escolares acerca de

questões inerentes à sexualidade, seja ela identidade de gênero ou orientação sexual, seja respeitada.

Por intermédio de políticas públicas e, portanto, também educacionais, é possível desenvolver estratégias fundamentais para o combate do preconceito e discriminação, através do incentivo ao respeito, promoção de valores humanos, acesso às informações seguras, autoaceitação e currículo inclusivo, podendo ser possível a transformação da instituição escolar em um local seguro e acolhedor para todos os sujeitos que dela fazem parte. Sobretudo, que a população LGBTQIA+ tenha seus direitos garantidos, considerando que a educação é uma ferramenta poderosa de construção social.

As políticas públicas desempenham um papel importante em relação a inclusão e promoção de igualdade, nas quais contribuem para uma sociedade mais justa, garantindo o direito de todos, independente da orientação sexual ou identidade de gênero.

A formação continuada assim como a (auto)formação é fundamental para que o docente possa aprimorar seus conhecimentos e habilidades com intuito de levantar discussões necessárias acerca da sexualidade na educação básica, tendo em vista a carência de debates a respeito do tema, objetivando criar um ambiente mais seguro e inclusivo, valorizando a pluralidade e combatendo preconceito e a homofobia.

Em síntese, a sexualidade por ainda ser considerada *tabu*, demanda de processos formativos que garantam acesso ao conhecimento fundamental, garantia de direitos e, sobretudo, que os educadores estejam dispostos a lidarem com formações continuadas e (auto)formação, tendo consciência da importância de obter conhecimentos e habilidades que são essenciais para a formação dos indivíduos, pensando na função social da escola e na formação de sujeitos socioemocionalmente orientados.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO4, Antonio Ferraz. **Pesquisa Qualitativa**:: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da sober (2007-2011). est2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjBDHtWhqjxMyZQ/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ALTMANN, Helena. **Diversidade sexual e educação**: desafios para a formação docente.

Desafios para a formação docente. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sess/a/psXJs4Jh86t9JRjbr6QPtdj/?lang=pt> . Acesso em: 24 jun. 2023.

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Autoritarismo no Brasil do presente**:: Bolsonaro nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KWXN3b3JFnjYvw6PTtpjcw/>. Acesso em: 18 ago. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco legal**. Saúde, um direito de adolescentes. Brasília. Editora do Ministério da Saoude. 2007. Disponível em:

https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 03 Ago 2023.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. (2003). Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 12 Ago 2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, Volume 10. DF, 1998. Disponível:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 25 Jan 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) nº 12, de janeiro de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] União, 12 de Março de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt>. Acesso em: 25 Jan 2023.

BRÊTAS, José Roberto da Silva *et al.* **Aspectos da sexualidade na adolescência. Ciência & Saúde Coletiva**. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/frXq7n3jXMmhzSmJqRWPwnL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BORGES, Lenise Santana *et al.* Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Revendo Conceitos, Repensando Práticas**. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7XgSJfLrgTxm3hqycZmrYKd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2023.

DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação**: quando a omissão também é signo de violência. quando a omissão também é signo de violência. 2011. **Educar em revista**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/vPn3QsCqr7HXykJ5TbzL6tr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2023.

FURTADO, Maria Cristina S. Tecnologias da libertação inclusiva LGBTQIA+: suas causas e lutas. In: GUIMARÃES, Edward. **50 Anos de Tecnologias da Libertação: memória, revisão, perspectiva e desafios**. 2. ed. São Paulo: Editora Recriar, 2022. p. 117-129.

FIORINI, Jessica Sampaio. Educação sexual na escola: currículo e práticas. currículo e práticas. 2020. **Oficina Universitária**. CAPES. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7mdtb/pdf/fiorini-9786559540068.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: a vontade de saber**. ed: 13°. Digital Source. Graal. 1976. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MAGRIN, Nicolly Papacidera. O impacto de oficinas sobre sexualidade: Um relato de experiência com estudantes. **Psicologia escolar e educacional**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/3Yr4KcgCL6hSCcN3St73Sks/>. Acesso em: 21 de abril 2023.

LIMA, Tatiane. **Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior**. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/178743>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MARCON, Manda Nogara. PRUDÊNCIA, Luísa Evangelista Vieira. GESSER, Marivete. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/XyfXTchpMdBdRVHPzFSg47K/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SILVA, José Carlos Pacheco da *et al.* Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciências & Saúde Coletiva**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TCJ6mXyyK4pB94FDNhcjZZc/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

SILVA, Paloma de Oliveira et al. Sociedade e educação sexual: influências do conservadorismo político- religioso nos documentos norteadores do ensino básico brasileiro. 2023. **Biological Sciences**. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5803/version/6135>. Acesso em: 22 abril 2023.

VERGUEIRO, Viviane. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. 2016. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.